

A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NAS CIÊNCIAS HUMANAS

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2019



Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

A Produção do Conhecimento nas Ciências Humanas

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Natália Sandrini e Lorena Prestes

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P964 A produção do conhecimento nas ciências humanas [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (A Produção do Conhecimento nas Ciências Humanas; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-276-0

DOI 10.22533/at.ed.760192404

1. Antropologia. 2. Ciências humanas – Pesquisa – Brasil.
3. Pesquisa social. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série.

CDD 301

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Chega mais perto e contempla as palavras.

Cada uma

Tem mil faces secretas sobre a face neutra

E te pergunta, sem interesse pela resposta,

Pobre ou terrível, que lhe deres:

Trouxeste a chave?

Drummond

O livro faz parte da publicação de três volumes reuni trabalhos e pesquisas realizadas por acadêmicos de universidades realizadas na diversas Regiões do Brasil. O rigor metodológico e científico presentes na elaboração do livro revela a seriedade e a profundidade com que os temas foram tratados, por isso, trata-se de uma leitura necessária e obrigatória para quem pretende fazer ciência no Brasil. Faço deslizar lentamente os meus olhos pela linha de palavras que compõem o tema deste livro, sendo o meu primeiro desafio: qual face dessas palavras, entre as mil que possam ter, escolherei para tecer o fio que me permitirá entrar e sair do labirinto deste texto, de saída, que o discurso daquele que analisa não pode ter a aspiração de ser o avesso de discursos outros (do filósofo, do educador, da histeria, do mestre na intenção de passar-lhes a purificado.

Gostaria de me deixar levar pelos pensamentos que me arrebatam no processo que ora início de me haver com a provocativa questão: afinal, qual a importância dos conhecimentos produzidos por nós mesmos na área das chamadas Ciências Humanas?

Contudo, sinto-o agora, o começo de qualquer discurso, como reconheceu Foucault, é angustiante. Ele, que tratou com seriedade e rigor o tema, sentiu o forte o peso que lhe conferia a linguagem em sua aula inaugural no Collège de France. Em sua fragilidade humana confessou:

Ao invés de tomar a palavra, gostaria de ser envolvido por ela e levado bem além de todo o começo possível.(...) (p.5)

Escrever é como falar, uma captação de palavras; encontrar aquelas apropriadas para dar forma ao pensamento promove a obstinação de um arqueólogo. Percebo que a língua é uma matéria prima indócil. Em primeiro lugar, porque quem escreve luta com palavras, como escreveu Drummond (*O lutador*). Em segundo, porque força o autor no confronto com a própria solidão, com a lacuna de “algo que pudesse ter estado sempre aí” e pudesse, simplesmente, deixar-se (con) fundir.

Isso me faz refletir sobre a produção de conhecimento, quase sempre nos referimos à construção de saberes apontados sob a forma escrita. Nos meios acadêmicos essa é, ao mesmo tempo, uma exigência das agências de fomento e uma forma de controle institucional de produção. Somos impelidos a escrever e a estar cada vez mais em

solidão. O risco que corremos: terminarmos por nos afastar do mundo e dos papéis que, nas ruas, nas esquinas, em nossas casas e classes tornam a vida um movimento coletivo de fazer, desfazer e compreender o cotidiano. Meio da cultura viva, que pulsa, lateja, vibra e produz conhecimentos.

Alguns poderiam ajustar que quem fala não escolarizado compartilha e participa da produção do que se indica, carente, despectivo, desdenhativo de “senso comum”. Outros rebateriam, considerando que todo saber produzido coletivamente, nos esforços diários que fazem as pessoas para entenderem a vida, é uma configuração legítima e considerada e qualificada de conhecimento. Alguém, por seu turno, poderia se acelerar em responder: “Mas o que o povo produz são compreensões leigas e estamos, aqui, falando de sistemas de verdades produzidas pelas ciências humanas, produzidos não nas ruas, mas em centros de pesquisas e universidades.” Temos, nesse “esclarecimento”, o desvelamento da divisão bem conhecida entre saber acadêmico e saber popular.

O risco do banimento da vida vivida pelos personagens que, incongruente, pretendemos pesquisar, se torna fato abalizado pelas fronteiras geográficas e fixas que criamos para constituir aqueles mesmos centros e universidades. O medo, prenuncio e ameaça, de sofrermos agressões por esse mundo que nos parece exterior, nos fazem idealizar, planejar e criar novas estratégias de confinamento espacial e sendo assim colocamos cercas em todo o espaço que acolhe as construções em que trabalhamos.

“Um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo que veio antes e depois.”

Walter Benjamin

Ficamos nós como salvos para estarmos sempre às bordas com nossa produção escrita e com a tarefa de calcular cada novo texto, assim que concluído, nas diversas formas de registro, para, logo em seguida, recomeçarmos o mesmo ciclo. Vemo-nos absorvidos por uma rede de protocolos que consome tempo e nos rouba a vida partilhada com nossos próprios. Se isto só não fosse suficiente, por sermos avaliados pelo que produzimos, nos tornamos “pessoas-produtos”. O próprio jogo institucional nos classifica em pesquisadores melhores e piores, medianos e brilhantes, nos distribui em níveis hierárquicos sob siglas bem definidas pelas agências de fomento. Passamos a no olhar com a discriminação que tais classificações acabam por nos conceber. Separamo-nos assim, vaidosamente, uns dos outros, como se estivéssemos submergidos num encastelamento.

Ainda que o racismo seja uma planta daninha, nociva e abjeta, cuja existência incriminamos, repudiamos e cuja natureza analisamos em nossos textos bem-comportados e politicamente corretos, acabamos por reproduzi-lo em nossas vidas vividas. Emancipamos dele em nossas vidas escritas; estas, codificadas em livros e artigos, que ficam disponibilizados nas universidades e nos meios digitais. Tentamos

sair intatos em nossa consciência, justificando que, afinal, critérios objetivos nos dividem, mas esquecemos que eles, os critérios, atendem a interesses políticos e ideológicos que amparam, nesse período histórico, “isso” que chamamos *de estado democrático de direito*.

Difícil pensar em uma escola *para os outros e para todos*, ou seja, em uma escola inclusiva, quando nós mesmos nos isolamos em circunscritos grupos de relações, tornando-os abalizados, e muitas vezes, intransmissível entre si.

Eis uma questão me assenta em desalento. Vou expô-la aqui: o que, afinal, estamos fazendo com o cuidado de si, a partir do conhecimento que produzimos para outras pessoas? Ou, como nos provoca Foucault (1998)

de que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível, o descaminho daquele que conhece? (p.13)

O retorno transformador do conhecimento para aquele que conhece deve ser uma prática de bastidores e individual, ou seja, deve estar apartado do processo de produção do conhecimento enquanto tal. Esse pensamento, Foucaultiano (1998) responde:

Mas o que é filosofar hoje em dia – quero dizer, a atividade filosófica – senão o trabalho crítico do pensamento sobre o próprio pensamento? (...) O “ensaio” (...) é o corpo vivo da filosofia, se, pelo menos, ela for ainda hoje o que era outrora, ou seja, uma “ascese”, um exercício de si, no pensamento. (idem, p. 13).

Foucault nos acena a filosofar como um exercício de (re) escrita de si, por meio *de práticas reflexivas e voluntárias através das quais os homens não somente se fixam formas de conduta, como também procuram se transformar, modificar-se em seu ser singular e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e responda a certos critérios de estilo*.

A importância das Ciências Humanas na produção de conhecimento, no entanto, não para a Educação, mas para nós mesmos, que habitamos os espaços onde, institucionalmente, conferimos materialidade às Faculdades de Educação. Todavia, já avanço: coloquei-me como membro, escrevo como parte dela. Faço parte do jogo que pretendi desnudar.

Perseguindo ainda a ideia de que nossa produção, às vezes, se torna uma compulsão que não nos permite ter tempo de deleitar-se o que produzimos, tento pensar como, usualmente, saímos desse impasse.

Creio que, às vezes, nos iludimos pensando que, quanto mais aprendemos, mais afinados teoricamente ficamos, mais temos o que ensinar às novas gerações. Segunda armadilha: se já sabemos o que ensinar, qual o espaço de criatividade que damos ao aluno? Temos alguma garantia sobre o que, de fato, ensinamos?

A ideia não é nova, basta lembrar Paulo Freire. Todavia, o desejo como o movimento do amante em direção ao preenchimento de uma falta não passível de objetivação pelo amado.

Portanto, a aprendizagem é algo que escapa, que não se pode controlar de fora mas que se pode propiciar no jogo amoroso de buscas recíprocas de atendimento de desejos, também recíprocos, do professor e do aluno em necessária parceria afetiva.

Arrisco concluir que aquilo que produzimos pode, apenas em parte, atender ao aluno. E, naquilo que atende, talvez não possamos nunca precisar em quê. O que sabemos é ponto de partida de nossa oferta, não é a satisfação da demanda daquele que busca conhecer.

Com isso, o saber e a ciência adquirem um papel ainda mais relevante do que tinham em tempos atrás. As concepções de produção do conhecimento sofrem alterações a cada época, pois cada momento histórico tem seus próprios modelos e suas próprias maneiras de ver, agir e sentir, acompanhados de um novo conceito de produção do conhecimento e, conseqüentemente, do que venha a ser válido e reconhecido. O conhecimento está sempre associado à situação transitória de evolução em que se encontram as sociedades em variadas épocas, determinando e sendo pela situação determinado. Para esse trabalho de reflexão sobre a produção de conhecimento na sociedade da informação abordaremos, inicialmente, o processo de construção de conhecimento, o conhecimento científico e a pesquisa em ciências humanas, mais especificamente em educação, contextualizando, em seguida, com a sociedade da informação e as novas discussões emergentes sobre o conhecimento científico.

Com a perspectiva de Walter Benjamin de que “o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo que veio antes e depois”, fizemos essa pequena inserção empírica no sentido de acrescentar outras vozes na interlocução que viemos fazendo. Conscientes dos limites e desafios que precisamos assumir para aprofundamento deste tema, ficou para nós que: “escrever é isso aí: interlocução”.

No artigo **ISABEL O MUERTE!**: **O APOIO DA EXTREMA-DIREITA PERONISTA AO GOVERNO DE MARÍA ESTELA MARTÍNEZ DE PERÓN ATRAVÉS DA REVISTA *EL CAUDILLO* (1973-1975)**, a autora Nádia Cristiane Coelho da Silva Kendzerski, busca investigar procuramos demonstrar como a revista *El Caudillo de la Tercera Posición*, mesmo não se declarando como uma publicação da direita peronista, possuía um discurso pró-Isabel e de aniquilação dos infiltrados e traidores. Seu tom ameaçador através do slogan “*el mejor enemigo es el enemigo muerto*”. No artigo **OS DOIS LADOS DO ESPELHO – PROTESTOS DE JUNHO DE 2013 E A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO DE PODER** o autor ou autora CLAUDIA PEIXOTO CABRAL, buscam abordar a relação de dominação e controle, exercida pelo Estado, no contexto histórico dos protestos de junho de 2013, a partir da concepção de construção discursiva em ocorre a criação de uma imagem que instaura uma representação estereotipada discriminatória da ação coletiva e do sujeito manifestante. No artigo **A BELEZA DO TEMPO: NARRATIVAS DO ENVELHECER FEMININO**, os autores Camila Cuencas Funari Mendes e Silva Mariele Rodrigues Correa Leonardo Lemos de Souza buscam analisar o envelhecer feminino na contemporaneidade. A velhice têm sua história e,

esta, é determinada em cada época e em cada cultura de forma diferente. No artigo **A CONSTRUÇÃO CONTÍNUA DO PROCESSO DEMOCRÁTICO E OS DESAFIOS DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA** o autor Gabriel Pancera Aver buscou-se analisar de forma pormenorizada dois desafios enfrentados pela democracia representativa, a saber, a dificuldade de separar representantes e representados, a formação de uma elite política distanciada das massas e a ruptura do vínculo entre a vontade dos representantes e a dos representados. No artigo **A EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES DE TRÂNSITO COM A PESSOA IDOSA** a autora Érica Elisa Nickel, apresentou os resultados de pesquisa do programa de educação para o trânsito, direcionada à pessoa idosa, denominado “Boa prosa sobre trânsito” ocorrido em Curitiba, no Paraná, entre 2014 e 2016, realizado por uma organização não governamental. No artigo **A FORMAÇÃO DO COORDENADOR PEDAGÓGICO: REFLEXÃO DA PRÁTICA COM FOCO NO PENSAMENTO COMPLEXO**, as autoras Francisca Janice Silva Ana Paula Fernandes Cunha, objetivo deste é elucidar a necessidade da implantação do pensamento complexo, para o processo de aprendizagem do coordenado pedagógico como formador de professor, na abordagem transdisciplinar. No artigo **A GENÉTICA DA DOENÇA DE ALZHEIMER E OS NOVOS AVANÇOS PARA O DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICA DA PATOLOGIA**. As autoras Andréia de Oliveira Militão e Angela Maria Sales Barros buscam trazer informações relevantes sobre a DA com ênfase à genética e aos novos avanços, coletadas, através de revisão bibliográfica, e anteriormente publicadas em revista científica e anais de congresso, foram reorganizadas e disponibilizadas de forma a facilitar o conhecimento sobre a doença, ao acesso e contribuir com pesquisas voltadas ao entendimento da doença. No artigo **A GESTÃO DO TERRITÓRIO NA REGIONAL ALTO ACRE** a autora Amanda Rebeka Lima de Souza buscou se, no presente trabalho, compreender os modelos de gestão que são usados atualmente na regional do Alto Acre. Avaliar a dinâmica territorial é fundamental para a pesquisa. Para isso, foi necessário o levantamento de documentos, leis e projetos em escala nacional, estadual e municipal. De acordo com os resultados encontrados, as políticas públicas implantadas na regional não atendem a maior parte da população que habita ali. No artigo **A LUTA PELA TERRA E A RECRIAÇÃO CAMPONESA NO ASSENTAMENTO UBÁ- SANTA QUITÉRIA-CEARÁ** as autoras Janaiára Maria de Paiva Ferreira e Sandra Maria Fontenele Magalhães buscam entender o processo de luta dos camponeses pela conquista da terra do assentamento Ubá do município de Santa Quitéria- Ceará, buscando apreender como os camponeses resolveram resistir e lutar contra a dominação dos latifundiários. No artigo **A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DE CHAPECÓ: POTENCIALIDADES E DESAFIOS**, os autores Everton Gabriel Bortoletti e Laise Ziger buscam identificar os desafios e potencialidades da participação social no Conselho Municipal de Política Cultural de Chapecó (CMPC), tendo em vista suas peculiaridades de atribuições, composição e representação. No artigo **A PRÁTICA DA AGRICULTURA FAMILIAR**

COMO ALTERNATIVA DE PERMANÊNCIA NO CAMPO, os autores Fernanda Penteado, Alison Diego Leajanski, Willian Samuel Santana da Roza buscam pontuar os principais fatores que podem configurar a prática da agricultura familiar enquanto possibilidade de permanência das pessoas no espaço rural, destacando alguns aspectos referentes ao êxodo rural e a sua problemática, assim, apresentar uma discussão teórica e conceitual. No artigo **A SEMIÓTICA NO MUNDO DA MODA: UMA VISÃO PSICANALÍTICA** busca analisar a moda não é somente a escolha do vestuário, mas está ligada a formas culturais de expressão e principalmente de linguagem. É através dela que o sujeito pode demonstrar sua personalidade, seus costumes e representar uma dada forma de ser, atribuindo significados e valores para essa ação. Acredita-se que todos esses significados englobam a semiótica e moda que dentro dessa perspectiva é vista como um produto cultural desses significados. No artigo **A TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL: ANÁLISE DA CONTINUIDADE DO PROCESSO NA PERSPECTIVA LÚDICA**, os autores Isa Stavracas, Ana Lee Claudio, Rebeca Josiane Ferreira da Silva, Sandra Esteves de Camargo, Vanessa Alves Duarte de Oliveira, buscar fazer uma análise da transição vivenciada pelos alunos da educação infantil para o ensino fundamental, a fim de verificar como os níveis de ensino se articulam para dar continuidade aos processos que envolvem o lúdico que se iniciam na educação infantil e devem se formalizar nos anos iniciais do ensino fundamental I – Ciclo de Alfabetização. No artigo **A UATI COMO MEIO DE INCLUSÃO SOCIAL E OTIMIZAÇÃO DO BEM-ESTAR DA PESSOA IDOSA NA CIDADE DE BRUMADO – BA** os autores Anderson Ribeiro dos Anjos Caroline Malta Santos Almeida, Universidade, Stefani Monique Vasconcelos, Sheila Marta Carregosa Rocha, buscam investigar o seguinte: De que forma o projeto de extensão intitulado “Universidade Aberta a Terceira Idade” desenvolvido pela Universidade do Estado da Bahia pode contribuir com a inclusão social e otimização do bem-estar dos idosos residentes na cidade de Brumado – Ba. No artigo **AVALIAÇÃO DO DECLÍNIO FUNCIONAL EM UMA IDOSA DA COMUNIDADE: RELATO DE CASO**, os autores Helane Santana Cruz e Víncius Zacarias Maldaner da Silva buscam relatar o caso de uma idosa atendida pela equipe de estratégia saúde da família na cidade de Brasília-Distrito Federal. Método: estudo observacional, do tipo relato de caso, conduzido à uma idosa da comunidade durante a visita domiciliar. Os dados foram coletados por meio do questionário VES-13. No artigo **CENTRO DE SAÚDE DO IDOSO DE BLUMENAU/SC: UMA EXPERIÊNCIA MULTIPROFISSIONAL DE TRABALHO INTERDISCIPLINAR**, as autoras Gisele Cristine Zimmer Samagaia e Mara Rúbia Rutzen realizaram uma pesquisa bibliográfica e documental para comparação e discussão com a realidade do Centro de Saúde do Idoso de Blumenau. No artigo **COMO NOS TEMPOS DA “BABA”: A PRODUÇÃO DE CERVEJA CASEIRA EM IRATI-PR, ENTRE OS SÉCULOS XX E XXI**, Matheus Alexandre Razera, Valter Martins analisar diferentes receitas e a prática de preparar cerveja artesanal, descobrir como este saber é aprendido e repassado. Para tanto

utilizamos o método da História Oral e textos teóricos sobre História da Alimentação. No artigo **CONSCIENTIZAÇÃO PARA O CONSUMO ADEQUADO DA ÁGUA: UM TRABALHO COM ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL II**, os autores José Daniel Soler Garves, Andrezza Santos Flores, Cibele Diogo Pagliarini, Ângela Coletto Morales Escolano buscam discutir a importância do uso consciente da água, os motivos dessa escassez, as consequências do uso inadequado e a necessidade de redução do consumo de água. No artigo **CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE UM INSTRUMENTO MULTIDISCIPLINAR BASEADO NA CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL DE FUNCIONALIDADE INCAPACIDADE E SAÚDE (CIF)**, os autores Auristela Duarte Moser, Fernanda Cury Martins Teigão, Kethelyn Contente Alves, buscam Construir um instrumento multidisciplinar de avaliação da funcionalidade em idosos institucionalizados baseado na CIF e validá-lo com especialistas da área. No artigo **DILEMAS DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: VIDA COTIDIANA E SOCIABILIDADE NO LOTEAMENTO NOVO MILÊNIO EM PELOTAS (RS)**, a autora Pamela da Costa Lopes Sales busca apresentar os laços de sociabilidade e as situações de conflito vividos pelos moradores, antes e após a política urbanística de regularização implementada pelo poder público municipal. No artigo **DISCURSOS SOBRE A SEXUALIDADE INFANTIL NO PROGRAMA “PROFISSÃO REPÓRTER”**, os autores Ana Elisa Nardo Caseri e Carmem Lúcia Sussel Mariano buscou-se analisar como o Programa “Profissão Repórter”, da Rede Globo de Televisão, abordou as temáticas associadas à sexualidade infantil e juvenil, para apreender que sentidos estão sendo construídos e os usos que têm sido feitos desses temas pela mídia. No artigo **EDUCAÇÃO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA VISUAL: o papel da formação continuada**, os autores Maria Almerinda de Souza Matos, Cátia de Lemos, Claudenilson Pereira Batista buscaram relatar os avanços na educação de uma criança cega a partir da formação continuada para a mãe e a professora. No artigo **ENTRE DOENÇAS, CURAS E BENZEDURAS: O OFÍCIO DAS BENZEDEIRAS EM REBOUÇAS, PARANÁ, NO LIMAR DO SÉC. XXI**, os autores Marcia Scavinski e Valter Martins analisar mudanças e permanências nas práticas e no ofício dessas benzedadeiras ao longo do tempo, compreendendo as suas práticas curativas, investigando a memória dessas mulheres a partir de depoimentos, relacionando com a história da religiosidade popular.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
“¡ISABEL O MUERTE!”: O APOIO DA EXTREMA-DIREITA PERONISTA AO GOVERNO DE MARÍA ESTELA MARTÍNEZ DE PERÓN ATRAVÉS DA REVISTA <i>EL CAUDILLO</i> (1973-1975)	
Nádia Cristiane Coelho da Silva Kendzerski	
DOI 10.22533/at.ed.7601924041	
CAPÍTULO 2	17
OS DOIS LADOS DO ESPELHO – PROTESTOS DE JUNHO DE 2013 E A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO DE PODER	
Claudia Peixoto Cabral	
DOI 10.22533/at.ed.7601924042	
CAPÍTULO 3	35
A BELEZA DO TEMPO: NARRATIVAS DO ENVELHECER FEMININO	
Camila Cuencas Funari Mendes e Silva	
Mariele Rodrigues Correa	
Leonardo Lemos de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.7601924043	
CAPÍTULO 4	47
A CONSTRUÇÃO CONTÍNUA DO PROCESSO DEMOCRÁTICO E OS DESAFIOS DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA	
Gabriel Pancera Aver	
DOI 10.22533/at.ed.7601924044	
CAPÍTULO 5	61
A EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES DE TRÂNSITO COM A PESSOA IDOSA	
Érica Elisa Nickel	
DOI 10.22533/at.ed.7601924045	
CAPÍTULO 6	69
A FORMAÇÃO DO COORDENADOR PEDAGÓGICO: REFLEXÃO DA PRÁTICA COM FOCO NO PENSAMENTO COMPLEXO	
Francisca Janice Silva	
Ana Paula Fernandes Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.7601924046	
CAPÍTULO 7	80
A GENÉTICA DA DOENÇA DE ALZHEIMER E OS NOVOS AVANÇOS PARA O DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICA DA PATOLOGIA	
Andréia de Oliveira Militão	
Angela Maria Sales Barros	
DOI 10.22533/at.ed.7601924047	
CAPÍTULO 8	92
A GESTÃO DO TERRITÓRIO NA REGIONAL ALTO ACRE	
Amanda Rebeka Lima de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.7601924048	

CAPÍTULO 9	107
A LUTA PELA TERRA E A RECRIAÇÃO CAMPONESA NO ASSENTAMENTO UBÁ- SANTA QUITÉRIA-CEARÁ	
Janaiára Maria de Paiva Ferreira Sandra Maria Fontenele Magalhães	
DOI 10.22533/at.ed.7601924049	
CAPÍTULO 10	115
A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DE CHAPECÓ: POTENCIALIDADES E DESAFIOS	
Everton Gabriel Bortoletti Laise Ziger	
DOI 10.22533/at.ed.76019240410	
CAPÍTULO 11	122
A PRÁTICA DA AGRICULTURA FAMILIAR COMO ALTERNATIVA DE PERMANÊNCIA NO CAMPO	
Fernanda Penteado Alison Diego Leajanski Willian Samuel Santana da Roza	
DOI 10.22533/at.ed.76019240411	
CAPÍTULO 12	130
A SEMIÓTICA NO MUNDO DA MODA: UMA VISÃO PSICANALÍTICA	
Gabriela Cristina Maximo Evandro Fernandes Alves	
DOI 10.22533/at.ed.76019240412	
CAPÍTULO 13	139
A TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL: ANÁLISE DA CONTINUIDADE DO PROCESSO NA PERSPECTIVA LÚDICA	
Isa Stavracas Ana Lee Claudio Rebeca Josiane Ferreira da Silva Sandra Esteves de Camargo Vanessa Alves Duarte de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.76019240413	
CAPÍTULO 14	152
A TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL: OS RITOS DE PASSAGEM E AS EXPECTATIVAS DAS CRIANÇAS SOBRE O PROCESSO	
Isa Stavracas Fernanda Alexandre dos Santos Loide Giacometti Bervanger Stefani Leite Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.76019240414	

CAPÍTULO 15	165
A UATI COMO MEIO DE INCLUSÃO SOCIAL E OTIMIZAÇÃO DO BEM-ESTAR DA PESSOA IDOSA NA CIDADE DE BRUMADO – BA	
Anderson Ribeiro dos Anjos Caroline Malta Santos Almeida Stefani Monique Vasconcelos Sheila Marta Carregosa Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.76019240415	
CAPÍTULO 16	174
AVALIAÇÃO DO DECLÍNIO FUNCIONAL EM UMA IDOSA DA COMUNIDADE: RELATO DE CASO	
Helane Santana Cruz Vínicius Zacarias Maldaner da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.76019240416	
CAPÍTULO 17	182
CENTRO DE SAÚDE DO IDOSO DE BLUMENAU/SC: UMA EXPERIÊNCIA MULTIPROFISSIONAL DE TRABALHO INTERDISCIPLINAR	
Gisele Cristine Zimmer Samagaia Mara Rúbia Rutzen	
DOI 10.22533/at.ed.76019240417	
CAPÍTULO 18	192
COMO NOS TEMPOS DA “BABA”: A PRODUÇÃO DE CERVEJA CASEIRA EM IRATI-PR, ENTRE OS SÉCULOS XX E XXI	
Matheus Alexandre Razera Valter Martins	
DOI 10.22533/at.ed.76019240418	
CAPÍTULO 19	207
CONSCIENTIZAÇÃO PARA O CONSUMO ADEQUADO DA ÁGUA: UM TRABALHO COM ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL II	
José Daniel Soler Garves Andrezza Santos Flores Cibele Diogo Pagliarini Ângela Coletto Morales Escolano	
DOI 10.22533/at.ed.76019240419	
CAPÍTULO 20	216
CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE UM INSTRUMENTO MULTIDISCIPLINAR BASEADO NA CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL DE FUNCIONALIDADE INCAPACIDADE E SAÚDE (CIF)	
Auristela Duarte Moser Fernanda Cury Martins Teigão Kethelyn Contente Alves	
DOI 10.22533/at.ed.76019240420	
CAPÍTULO 21	230
DILEMAS DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: VIDA COTIDIANA E SOCIABILIDADE NO LOTEAMENTO NOVO MILÊNIO EM PELOTAS (RS)	
Pamela da Costa Lopes Sales	
DOI 10.22533/at.ed.76019240421	

CAPÍTULO 22	246
DISCURSOS SOBRE A SEXUALIDADE INFANTIL NO PROGRAMA “PROFISSÃO REPÓRTER”	
Ana Elisa Nardo Caseri	
Carmem Lúcia Sussel Mariano	
DOI 10.22533/at.ed.76019240422	
CAPÍTULO 23	258
EDUCAÇÃO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA VISUAL: O PAPEL DA FORMAÇÃO CONTINUADA	
Maria Almerinda de Souza Matos	
Cátia de Lemos	
Claudenilson Pereira Batista	
DOI 10.22533/at.ed.76019240423	
CAPÍTULO 24	270
ENTRE DOENÇAS, CURAS E BENZEDURAS: O OFÍCIO DAS BENZEDEIRAS EM REBOUÇAS, PARANÁ, NO LIMIAR DO SÉC. XXI	
Marcia Scavinski	
Valter Martins	
DOI 10.22533/at.ed.76019240424	
SOBRE A ORGANIZADORA	287

DILEMAS DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: VIDA COTIDIANA E SOCIABILIDADE NO LOTEAMENTO NOVO MILÊNIO EM PELOTAS (RS)

Pamela da Costa Lopes Sales

Universidade Federal de Pelotas
Pelotas - Rio Grande do Sul

RESUMO: O objetivo desse artigo é demonstrar, num recorte específico, os dilemas e efeitos da regularização fundiária na vida cotidiana dos moradores do Loteamento Novo Milênio, localizado na cidade de Pelotas no estado do Rio Grande do Sul. A pesquisa busca apresentar os laços de sociabilidade e as situações de conflito vividos pelos moradores, antes e após a política urbanística de regularização implementada pelo poder público municipal. As leituras que fundamentam este trabalho se baseiam na reflexão sobre cidade, urbanização, direito à cidade, vida cotidiana, sociabilidade e política urbana. Valendo-se de uma abordagem qualitativa, na modalidade etnográfica, a etnografia enquanto metodologia teve como destaque a técnica observação participante e as entrevistas com perguntas em profundidade. Soma-se a esse procedimento a aplicação de questionário semiestruturado, contendo perguntas abertas e fechadas. Foram entrevistados 20 moradores, incluindo o presidente e o vice-presidente da Associação Comunitária do local. Como esse texto se trata de um recorte, só serão apresentados dados que contemplem o raciocínio do que se

pretende abordar aqui.

PALAVRAS-CHAVE: Regularização fundiária, sociabilidade, vida cotidiana.

ABSTRACT: The objective of this article is to demonstrate, with a specific clipping, the difficulties and the effects of property regularization in the everyday life of Novo Milênio allotment residents, which is located in the city of Pelotas, in the state of Rio Grande do Sul. This research aims to present sociability bonds and conflict situations lived by the residents before and after the urban regularization policy carried out by the city's public authorities. The bibliography that underpins this work are based in thoughts regarding city, urbanization, right to the city, everyday life, sociability and urban policy. With the use of a qualitative approach, ethnographic type, the participant observation and in-depth interviews were emphasized while using ethnography as a methodology. In addition, semi-structured questionnaires with open and close-ended questions were used in this approach. In this work, 20 residents were interviewed, including the president and the vice-president of the allotment's Community Association. Since this text is a clipping, only the data that pertains the subject of this article will be presented.

KEYWORDS: Property regularization, sociability, everyday life.

1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Com o advento da industrialização, as cidades passaram a ser delineadas a partir de contrastes entre conjunturas urbanas diferentes e conflitantes. Portanto, é possível identificar dentro das cidades, tal como na cidade de Pelotas, dicotomias territoriais: por um lado periferias, com diversos problemas habitacionais; por outro lado, áreas centrais que usufruem de serviços e equipamentos urbanos. À vista disso, esse artigo busca articular a discussão em relação à regularização fundiária com a intersecção dos temas cidade, direito à cidade e vida cotidiana.

Com o intuito de discorrer acerca desse assunto, o Loteamento Novo Milênio foi escolhido para compor essa investigação pelas seguintes razões: a área onde foi estabelecida o Loteamento, localizada no bairro Três Vendas, pertencia a um grande empresário da cidade, dono de uma antiga indústria de produtos em conserva, denominada “Agapê”, a qual declarou falência. O terreno se encontrava vazio até o ano de 1999, na virada do novo milênio, quando iniciaram as ocupações. Os moradores passaram anos sem ter acesso a equipamentos urbanos, receberam demasiadas promessas de regularização dos políticos e sofreram ameaças de despejos, até que, no ano de 2007, foi fundada a Associação Comunitária do Novo Milênio, a qual potencializou a força dos moradores na busca pela regularização.

Foi através da mobilização popular que pude conhecer a comunidade, já que a demanda por regularização foi recepcionada pelo Núcleo de Advocacia Popular (NAP) da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Pelotas, do qual eu participava como bolsista. Os moradores não foram reassentados, já que o Loteamento foi regularizado por meio da Lei nº 11.977/09 (Programa Minha Casa Minha Vida) que à época apresentava dispositivos que permitiam a regularização de propriedades privadas de forma coletiva.

Por ter acompanhado todo o processo de regularização dos lotes naquele período, apresento como a política urbana repercutiu (os seus efeitos) na vida cotidiana dos moradores, demonstrando os laços de sociabilidade, as situações de conflito, instigando o debate em relação aos avanços e dificuldades da regularização. Primeiro, para introduzir essa reflexão, realizou-se um diálogo teórico em relação ao tema cidade, urbanização e direito à cidade. Logo em seguida, observam-se os efeitos da referida lei e, por fim, maneiras de pensar a vida cotidiana.

2 | CIDADE, URBANIZAÇÃO E DIREITO À CIDADE

Quando se pensa em cidade, logo vem à mente um conjunto de imagens que se interligam de forma sistemática ou em vias de sistematização. Pensa-se em população, prédios, estatutos, leis, fábricas, ou seja, elementos característicos de

uma sociedade industrial moderna. O fato é que o conceito de cidade apresenta uma grande complexidade, pois é muito mais que um sistema que se resume nos elementos acima citados. Antes mesmo da industrialização, a cidade já existia (LEFEBVRE, 2001a), no entanto, as questões referentes às cidades modernas estão intimamente ligadas à problemática urbana que passou a ser delineada através do processo de industrialização. Por isso, propõe-se refletir inicialmente sobre o que é a cidade a partir da urbanização e verificar o direito à cidade (LEFEBVRE, 2001a) dentro desse fenômeno, citando a cidade de Pelotas e o Loteamento Novo Milênio, objeto de estudo do presente trabalho.

Nas palavras de Lefebvre (2001a, p.11) “[...] pode-se dizer que o processo de industrialização é o indutor e que se pode contar entre os induzidos os problemas relativos ao crescimento, à planificação, às questões referentes a cidades e ao desenvolvimento da realidade urbana”. Com a queda do sistema feudal, somada à posterior revolução industrial e ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, muitos habitantes da zona rural migraram para os centros urbanos, impulsionando o processo de urbanização que, especialmente nos países subdesenvolvidos, ocorreu de maneira desordenada. Os habitantes das cidades passaram a se diferenciar de forma assimétrica em decorrência da crescente acumulação capitalista, a qual só se intensificou ao longo das décadas no Brasil (OLIVEN, 2010).

Nos dias atuais, consegue-se identificar dentro das cidades dicotomias territoriais: por um lado, há aqueles que vivem na periferia, que são caracterizadas por serem famílias de baixa renda (DURHAM, 2004), e por outro lado, há aqueles que vivem nas áreas centrais, que em sua maioria são famílias de maior poder aquisitivo. Todavia, também é possível identificar os casos de bairros pobres dentro de áreas que foram sendo consideradas centrais ao longo do tempo em razão do crescimento urbano e da valorização do mercado imobiliário. “São áreas consideradas centrais do ponto de vista espacial, mas que fazem parte do subúrbio” (SOTO, 2008, p.111). O subúrbio para Soto (2008) é uma variação da periferia, é uma representação social tão quanto estigmatizada, mas um pouco mais urbanizada. E tudo faz parte do urbano: a cidade que engloba o centro, a periferia e o subúrbio.

Rolnik (1995) define a cidade através da analogia de um ímã. Para a pesquisadora, a cidade cria “um campo magnético que atrai, reúne e concentra os homens” (ROLNIK, 1995, p. 12). Dessa forma, a noção de cidade consiste em vida coletiva, que é um conjunto formado por interligações de todos os indivíduos. Assim, há sistemas de controle construídos a partir dessa vida coletiva que estabelecem um movimento de ordem, como os sistemas de controle de fluxos, que segundo a autora, estão presentes a todo instante nas cidades: a faixa de pedestres, os impostos urbanos, os semáforos, as filas de ônibus etc. (ROLNIK, 1995). Ainda, “há sempre na cidade uma dimensão pública de vida coletiva a ser organizada” (ROLNIK, p. 20). Essa necessidade de organização faz surgir um poder urbano que é gerenciado pela autoridade político-administrativa.

O espaço urbano pode ser entendido como a preeminência da cidade em relação ao campo, definindo a urbanização como um processo progressivo de transformação e absorção das áreas rurais. Posto isto, o poder de atração da cidade proporcionou a aglomeração dos homens, que potencializaram sua capacidade produtiva através da colaboração, ensejando assim a divisão do trabalho, e conseqüentemente sua especialização e a instauração do mercado (ROLNIK, 1995). Logo, se antes o controle estava nas mãos dos senhores feudais, com o novo modo de produção inserido na vida urbana, o poder passa para a classe mercantil, os burgueses. Tem-se à frente um duplo processo: “industrialização e urbanização, crescimento e desenvolvimento, crescimento econômico e vida social” (LEFEBVRE, 2001a, p.16.).

Um padrão burguês da habitação é construído (ROLNIK, 1995), isto é, a divisão do espaço público e privado apresentam dimensões diferentes. Rolnik (1995) aduz que a casa é o local de confinamento, território demarcado por muros; é o lugar de intimidade da família, o qual esboça segurança e deixa todos longe dos perigos da rua. Além disso, a mulher é colocada na posição “do lar”, ficando alienada aos assuntos externos da casa, e as crianças, que antes aprendiam a sobreviver sozinhas no mundo dos adultos, são segregadas por idade e inseridas na escola. Concomitantemente, o espaço da rua é percebido como uma ameaça, que aproxima “todo tipo de gente”, de classes, cor, idade, sexos diferentes e etc. (ROLNIK, 1995). “A vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos ‘padrões’ que coexistem na cidade” (LEFEBVRE, 2001a, p. 22).

Nessa perspectiva, os territórios populares também são considerados como ameaça para as classes dominantes que não os querem por perto; por isso, a segregação espacial na cidade se torna indispensável. Já que “a terra urbana se tornou uma mercadoria” (ROLNIK, 1995, p. 52), somente aqueles que têm dinheiro conseguem usufruir de zonas urbanas privilegiadas, enquanto que os que não possuem condições financeiras precisam se adequar a locais mais afastados, em muitos casos irregulares, pequenos, que em sua maioria são bastante povoados, e mesmo quando não estão tão longe dos centros, não desfrutam de infraestrutura básica no seu local de moradia. Evidencia-se essa situação no fato concreto de uma moradora do Loteamento Novo Milênio, localizado em área considerada próxima ao centro da cidade, que relata a situação de vulnerabilidade do Loteamento e de diferenciação dos demais bairros:

Logo no início a gente não tinha água dentro das casas, não tinha luz própria, era gato, era fio emendado. Tinha que buscar água de balde nas esquinas, muitas casas pequenas sabe? Chalés assim caindo, muitas casas pegaram fogo nessa função de não ter luz por causa das velas. Duas crianças faleceram por causa que a casa pegou fogo. Era bem triste mesmo, mas agora a gente tá bem melhor, mas a gente conseguiu o SANEP, conseguimos as luzes antes da regularização, cada um tinha o direito de ter a sua luz, mas aí depois demorou um pouco mais pra regularizar [...].mas um bairro de classe média, um bairro de classe alta e um bairro de classe baixa, tem muita diferença, entendeu? Se tu vai numa casa dessas do outro lado de lá acontece alguma coisa, estoura um cano, alguma coisa, uma vez

que eles ligam já estão ali. Aqui um cano que quebrou a gente ligou quase um mês pedindo para vir e não vinha. Tem diferença, então, não adianta.

Sob a ótica política, “a segregação é produto e produtora do conflito social. Separa-se porque a mistura é conflituosa e quanto mais separada é a cidade, mais visível é a diferença, mais acirrado poderá ser o confronto” (ROLNIK, 1995, p. 52). Assim, esse fenômeno está intimamente ligado ao conflito pela luta do espaço urbano.

É com a industrialização que a urbanização modifica a lógica social das cidades. Na cidade antiga, podia ser vista como uma obra de arte, mas depois da industrialização, ela passa ser considerada um produto (LEFEBVRE, 2001a). Os problemas atuais estão associados a esses fenômenos que Lefebvre chama de “duplo processo”. Nas sociedades modernas, portanto, a cidade é estruturada visando ao valor de troca. Ela se torna um negócio; gera lucro, renda (LEFEBVRE, 2001a), e isso afeta as relações sociais, já que, na sociedade capitalista, estruturar a cidade pautando-se no valor de uso se mostra como algo improdutivo. Lefebvre (2001a) chama essa utilização do espaço urbano de “festa”, cuja finalidade é o prazer e o fortalecimento dos laços de sociabilidade no cotidiano das pessoas. Vê-se, enfim, que o capital se sobrepõe ao uso social da cidade.

A partir disso, o que restou à população pobre é viver nas margens dos bairros mais ricos, sem acesso aos mesmos serviços públicos. De acordo com Durham (2004) existe uma área que é peculiar às camadas mais pobres, “um espaço que lhe é próprio e onde se constitui a expressão mais clara de seu modo de vida. É a chamada ‘periferia’” (DURHAM, 2004, p. 382). A periferia se caracteriza na urbanização precária, advinda de um resultado histórico que afetou diversos países no mundo como no Brasil. Ocorre, portanto, a “explosão”, isto é, “(...) a cidade explode em periferias e o vilarejo se decompõe; um tecido urbano prolifera no conjunto do país. Uma massa pastosa e informe resulta desse processo: favelas, megalópoles” (LEFEBVRE, 2001, p. 168b capital).

Apesar da periferia ter um sentido negativo dentro das cidades brasileiras em vista dos problemas estruturais, esse local apresenta características muito significativas. No Novo Milênio, por exemplo, conquanto seja composto por famílias de baixa renda, que enfrentaram por muitos anos a situação de irregularidade de suas casas, problemas de esgoto, calçamento, ruas sem pavimentação, falta de água, luz, iluminação pública, dentre outras questões, sempre tiveram a expectativa de melhorar de vida e ainda continuam com esse sentimento.

Há um projeto de vida privada de cada um, que foi sendo consolidado ao longo dos anos com a instalação de canos de esgoto realizados por suas próprias mãos, com a construção do “puxadinho” em suas casas, a colocação de uma porta de ferro, ensejando, ao longo dos anos, a urbanização do local. Durham (2004) chama isso de “implicações mais diretamente políticas da segregação e fixação da população de baixa renda”. A autora diz que esse processo de melhoramento de vida é pensado como sendo de responsabilidade do trabalhador, junto com a sua família, mas que

tem uma contrapartida propriamente social. “É que a melhoria das condições de vida decorre também da urbanização da periferia, que ao longo do tempo permite o acesso, por parte da população, aos serviços públicos urbanos” (DURHAM, p. 383, 2004). Ela ainda afirma que as melhorias beneficiam a todos os habitantes, mas não podem ser obtidas pelo esforço individual. “É nesse momento e nesse contexto que a população se torna receptiva a formas de organização que permitem uma ação conjunta”. (DURHAM, p. 384, 2004).

E foi dessa situação que nasceu a Associação de Bairro do Loteamento Novo Milênio, com a expectativa de alcançar benefícios presentes nas demais regiões da cidade. Outro ponto interessante identificado é que os 20 entrevistados responderam que gostam muito de morar no local; disseram que a vizinhança é boa, mas por serem todos trabalhadores e por passarem grandes períodos fora de casa, não costumam passar tempo na casa uns dos outros, porém, mencionaram que podem contar uns com os outros sempre que saírem, e que, nesses momentos, vigiam as casas dos vizinhos quando percebem alguma movimentação “estranha”. Essa forma de sociabilidade pode se diferenciar de bairros com camadas mais abastadas, já que “para estas, as distancias são eliminadas pelo automóvel e pelo telefone, e a sociabilidade se exerce entre parentes e amigos dispersos pela cidade” (DURHAM, 2004, p. 383,) e não com a vizinhança. A partir disso, pode-se perceber que dentro da mesma cidade encontram-se bairros socialmente e economicamente diferentes com redes de sociabilidade distintas.

O processo de estruturação da cidade Pelotas teve como ponto crucial a economia movida pela valorização do rebanho de gado: a carne de charque. (VARGAS, 2012). O charque movimentou a economia da região pelo fato de servir de alimento para os escravos em todo o Brasil, além de em outros países escravistas da América Latina entre os séculos XIX e XX (VARGAS, 2012). Com essa lucrativa atividade econômica, muitas indústrias foram implantadas na cidade, enquanto a população crescia cada vez mais. Isso gerou más condições sanitárias no município, que resolveu acompanhar a política de higienista que soldava o país (MOURA, 2006). Os cortiços eram o local de moradia da população pobre, e ao longo dos anos passaram a ficar cada vez mais povoados. Eles foram estigmatizados como sendo os causadores das precárias condições de higiene e das doenças na cidade (MOURA, 2006). O único caminho de moradia para a classe trabalhadora era a propagação dos cortiços, já que a ausência de recursos não possibilitava outra alternativa, pois os aluguéis eram caros e não havia nenhuma outra forma mais imediata de aquisição de moradia (MOURA, 2006).

O Estado (Poder Executivo municipal), então, entrou em ação por meio de uma política de edificação da moradia popular em Pelotas. Essa estratégia aparentemente salvadora auxiliou na segregação do espaço urbano porque demonstrou que o poder público não estava proibindo a edificação dos cortiços, mas propondo o afastamento deles (MOURA, 2006). Dessa forma, os pobres foram sendo levados para áreas distantes, já que os detentores dos meios de produção da época se estabeleciam no

centro, região mais valorizada da cidade (MOURA, 2006), o que se percebe até os dias de hoje.

O Loteamento Novo Milênio torna-se peculiar pelo fato de estar localizado em uma área da cidade considerada privilegiada (mas não central) pelos moradores; no entanto, o local somente passou a ser considerado dessa forma após o crescimento do município, mais especificamente da Zona Norte, ou Três Vendas, onde diversos empreendimentos foram realizados por parte da iniciativa privada, a qual proporcionou a abertura de novos comércios, de uma faculdade e de ações do Poder Executivo, que implantou melhorias nas vias públicas. Todavia, tudo isso parece ter acontecido devido ao interesse do mercado imobiliário, e o Loteamento, mesmo após o processo de regularização fundiária, não teve os mesmos incentivos de melhoria na infraestrutura da área e ainda, até hoje, é considerado pelos moradores mais ricos, que vivem no entorno do local, a parte “suja” da cidade, conforme cita um entrevistado:

Infelizmente na frente da minha casa é o depósito de lixo [...] essas casas de ricos tiram coisas que não querem mais, eles vêm e largam aqui. Pegam charrete, ó, larga onde tu quiser, aí a charrete vem aqui e larga. E esses tempos até, uma vez eu peguei: pô, vai largar lixo aqui logo aqui na frente, e ele armado: e daí, vou largar e pronto. Eu não vou tá né, eu tenho família, vou tá enfrentando uma pessoa armada. Mas eles pegam e largam. Essas pessoas que catam coisa que essas pessoas de casa rica não gostam mais, não querem mais, não presta, eles chamam uma charrete ó, te dou tanto em dinheiro, tu pega e descarta em algum lugar, eles vêm descartar aqui. Se você sair por aqui você encontra televisão no meio da rua. Das pessoas do Progresso. Essas casas dos ricos. Que pede, chamam uma charrete, vão descartar aquilo que não presta mais pra eles. O que presta, o “charreteiro” fica, o que não presta, ele descarta no meio da rua. Se você seguir pra lá e dobrar pra ali você vai encontrar televisão, caixas de televisão. Se você olhar pro outro lado, você vê isso; lixo dali que vem lá da Cohab. Porque esse senhor (vizinho) construiu a pracinha? Pra ninguém colocar lixo ali.

Moura (2006) afirma que o 1º Plano Diretor da cidade de Pelotas, de 1966, demonstrava a desproporcionalidade da distribuição da população no território da cidade e as diferenças em relação a habitação e a condições urbanísticas. Já em relação ao 2º Plano Diretor, de 1970, a autora destaca que houve “um novo e amplo estudo sobre as características sociais, econômicas e físicas da cidade” (MOURA, 2006, p.10). Observaram-se, através do levantamento das áreas irregulares e sub-habitações, “percentuais significativos de irregularidade e precariedade habitacional em bairros como Areal, Três Vendas e Fragata. As áreas mais precárias correspondiam, predominantemente, aos setores mais distantes do núcleo central” (MOURA, 2006, p.10,).

Segundo Moura (2006) os cortiços foram considerados perigosos para a saúde física e social. Por isso, as classes dominantes exigiram o seu afastamento do centro. Mas com o crescimento das indústrias, do comércio e do setor de serviços, a elite precisava dos trabalhadores para gerar riqueza; entretanto, estes não conseguiam arcar com os custos de uma moradia “aceitável” da época. Concluiu-se, então, que havia necessidade de construção de “habitação proletária”, a qual seria construída

dentro dos novos padrões de moradia individual (MOURA, 2006). Buscando atrair o investimento privado em habitação popular, foram aprovadas diversas leis de incentivo à construção de “vilas operárias” com casas isoladas e “higiênicas”, entre os anos de 1914 a 1930 (MOURA, 2006). Porém, como os trabalhos ainda proporcionavam salários muito baixos para pagar o aluguel de uma moradia, Moura (2006) afirma que o poder público local procurou mais uma vez o setor privado, apoiando a venda de lotes para a “família operária” no subúrbio da cidade. Essa iniciativa promoveu o crescimento do setor de aplicação de capitais privados e instigou a edificação de loteamentos e bairros afastados, dando início ao delineamento de uma cidade “formalmente descontínua” e segregada socialmente (MOURA, p. 232-234, 2006), traços de profundas diferenças sociais que são vistos na atualidade no município pelotense.

O habitar, segundo Lefebvre (2001a), é um ato revolucionário que se contrapõe à miscigenação do capital, o qual torna a cidade um produto. O direito à cidade não se caracteriza pela simples posse de uma casa onde uma pessoa mora com sua família; ele possui uma dimensão muito maior. A oportunidade de participar ativamente na sociedade, o usufruto dos bens e serviços da cidade, o pleno uso dos espaços públicos e privados fazem parte de um conjunto de elementos que caracterizam esse direito de tamanha importância. Sabe-se muito pouco acerca do direito à cidade pincelado por Lefebvre, já que a cidade industrial moderna não corresponde ao sentido de obra de arte das cidades antigas (ARAÚJO, 2012a).

O valor de troca pode estar até mesmo vinculado às demandas básicas de subsistência de pessoas que moram em locais precários de moradia. Assim, segundo Lefebvre (2001a) para ter uma mudança, há necessidade de alterar o pensamento, combatendo a lógica do capital, projetando uma nova cidade que viabiliza o bem-estar de toda a população que priorizará o valor de uso. Todavia, cada vez mais o capitalismo se reinventa, conduzindo a cidade à segregação socioespacial resultante da lógica de financeirização da terra (ROLNIK, 2015). Diante desse cenário, os atores sociais, que vivem em áreas de vulnerabilidade, mesmo sendo também reprodutores da lógica produtivista capitalista, encontram-se em desvantagem perante aqueles que têm uma casa para morar, localizada dentro da região urbana considerada privilegiada.

Portanto, na tentativa de dar uma resposta aos problemas habitacionais, o Estado cria políticas de regularização e planejamento urbano. No entanto, junto à expectativa de edificar cidades socialmente e ambientalmente equilibradas, aparecem diversos dilemas conflitantes entre a realidade social e os conteúdos dessas leis, visto que o tema não se esgota nos artigos e nos incisos das legislações urbanas; às vezes pode-se dizer que elas até mesmo dificultam a integração dos territórios informais que apresentam condições precárias de moradia e habitação (ROLNIK, 1999). Compete evidenciar, contudo, que elas possuem um papel fundamental para a articulação da política urbana.

3 | REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: AVANÇOS E DIFICULDADES

As políticas de regularização fundiária urbana desenvolvidas ao longo dos anos no Brasil foram criadas com a expectativa de solucionar os problemas da habitação irregular e todos os conflitos intrínsecos a ela. Como já explanado, o acesso à moradia digna é uma realidade muito distante das famílias de baixa renda nos pequenos municípios brasileiros. As políticas públicas de regularização apresentaram avanços e dificuldades dentro do cenário urbano no país. A seguir, tratar-se-á de duas leis específicas que são, sob o aporte dos autores abaixo referenciados, consideradas de grande expoente para a política urbana: Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade; e a Lei Federal nº 11.977/2009, que institui o programa social “Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV)”.

A partir da década de 1980 o movimento nacional de luta pela moradia se consolidou por meio das grandes ocupações realizadas nos conjuntos habitacionais nos centros dos perímetros urbanos (FERREIRA, 2012), e foi durante essa mesma época, alcançando também a década de 1990, que ocorreu um “intenso crescimento, gerado pela consolidação de novos assentamentos irregulares e adensamento dos já existentes, com a verticalização das unidades residenciais e a ocupação de espaços antes livres, como áreas públicas ou de proteção ambiental.” (D’OTTAVIANO; SILVA, 2010, p.202).

D’Ottaviano e Silva (2010, p. 202-204) trazem os conceitos de “cidade ilegal” e “cidade legal”. Esta é “consolidada pela implementação de parcelamentos oficiais (legalizados) localizados, em geral, em áreas mais centrais, destinados à moradia das classes médias e altas”; aquela é destinada à moradia das classes baixas, caracterizada pela implantação de loteamentos ilegais (ou irregulares) nas porções periféricas dos municípios e pela consolidação de favelas em diversas áreas das regiões mais centrais.

Na expectativa de solucionar esse conflito urbano, os diplomas legais supracitados preconizaram o acesso a moradia digna para as pessoas de baixa renda. Antes da vigência dessas leis, muitas populações periféricas se mobilizavam para solucionar o problema de moradia irregular. Exemplo disso é o movimento da Vila Jardim em 1990, na cidade de Porto Alegre (SILVA, 2002), que desde a década de 70 até a metade da década de 80 procurava de forma individualizada advogados públicos ou particulares, ia até a prefeitura e tentava definir “a situação legal do seu lote” na expectativa de garantir sua moradia; entretanto, todas as tentativas restaram infrutíferas (SILVA, 2002). Gonçalves (2009, p.237-238) afirma que “diante das pressões dos movimentos sociais urbanos, o capítulo constitucional sobre a política urbana (artigos 182 e 183) reconheceu que tanto a propriedade quanto a própria cidade devem exercer uma função social.

O Estatuto da Cidade é uma lei federal urbanística que regulamenta os artigos 182 e 183 (capítulo Política Urbana) da Constituição Federal. Segundo D’Ottaviano

e Silva (2010) o Estatuto é um grande avanço na regulamentação urbanística da atualidade. Não se pode negar que ele pode ser considerado um marco jurídico no que tange à moradia, ao uso da ocupação do solo e ao compromisso de direcionar o crescimento urbano, já que anteriormente só se tinha um conteúdo vago expresso na Constituição Federal (1988). Os autores entendem que a normatização do direito de propriedade é uma ferramenta útil e capaz de inserir as populações da cidade ilegal na cidade legal, sendo também uma forma de proporcionar acesso ao direito a cidade, à moradia digna e a todas as benfeitorias urbanas.

Com a regularização, os bairros passam a compor o mapa da cidade porque ganham visibilidade através do “reconhecimento administrativo das ruas, a identificação dos habitantes e das construções no cadastro fiscal do município” (GONÇALVES, 2009, p. 239), além da implementação e do registro do Plano de Alinhamento na Prefeitura e no Registro de Imóveis (GONÇALVES, 2009), tudo isso sendo possibilitado através da autonomia dos municípios que foi assegurada pelo Estatuto.

Anos mais tarde, nasce a lei que serviu como base para a regulamentação do Loteamento Novo Milênio: a Lei 11.977/2009, Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV. Para D’Ottaviano e Silva (2010, p. 208) essa lei “veio a se somar aos avanços legais relativos à regularização fundiária e ao direito à cidade”. O objetivo da criação dessa lei foi “instituir mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais pelas famílias com renda mensal de até dez salários mínimos” (SANTIAGO; SANTANA; BARROSO; LEITE, 2013, p. 242).

Antes de ser revogada pela Lei Nº 13.465, de 11 de julho de 2017 que atualmente é o instrumento jurídico da política urbana no Brasil, o art. 47 da Lei do PMCMV definia dois tipos de regularização fundiária: a de interesse específico e de interesse social. A primeira se referia a moradores que construíram suas casas em loteamentos irregulares, mas possuem condições de adquirir um imóvel legalizado; a segunda contemplava assentamentos populares irregulares, ocupados predominantemente por famílias de baixa renda que não tiveram outra oportunidade a não ser viver em uma área irregular (BRASIL, Lei Federal nº 11.977/2009 - PMCMV, apud Ministério das Cidades, 2010). Além disso, na de interesse social, era necessário que as famílias estivessem habitando há pelo menos cinco anos na área e não serem foreiros ou donos de alguma propriedade urbana ou rural. Ressalta-se que por meio dessa lei as áreas particulares poderiam ser regularizadas com a intervenção do poder público, desde que houvesse um acordo com o dono da propriedade. Caso isso acontecesse de forma favorável aos ocupantes, eles recebiam primeiramente o título de posse regulamentado pela Prefeitura, registrado no cartório de registro de imóveis, e cinco depois receberiam o título de propriedade. É importante evidenciar que, apesar dos dispositivos dessa lei terem sido revogados, o prazo de cinco anos, caso não tenha chegado ao fim, continua valendo, o que é possível observar na situação do Novo Milênio, onde os moradores aguardam o prazo para receberem o título de propriedade. (BRASIL, Lei Federal nº 11.977/2009 - PMCMV). O PMCMV gerou expectativas positivas, e pode-se

dizer que alcançou resultados no que concerne a autodemarcação urbanística, como foi o caso do Novo Milênio.

Gonçalves (2009) não compartilha da mesma visão otimista em relação aos efeitos das leis de regularização. Diferentemente de D'Ottaviano e Silva (2010), Gonçalves adverte sobre a legalização do uso do solo e sobre o fato de que a concessão do título de propriedade não garante a resolução do problema da habitação social. Como ele diz:

a regularização fundiária, como já vimos, pode legalizar o solo, mas reforçar a exclusão da população beneficiada, quando não se preveem mecanismos para desestimular uma excessiva valorização imobiliária. Aproveitando-se da mais-valia fundiária, obtida a partir da concessão de títulos de propriedade, certos moradores vendem muitas vezes suas moradias e se deslocam para outras favelas, em geral ainda mais precárias e distantes. (GONÇALVES, 2009, p. 245).

Dessa maneira, de acordo com Gonçalves (2009), por mais que essas políticas de regularização do solo urbano tenham se caracterizado como um grande avanço jurídico, e tenham sido uma tentativa de exaurir os problemas habitacionais, assim como dar acesso ao direito à cidade a todos, algumas dificuldades sobretudo relacionadas as práticas mercantilistas dos moradores, do mercado imobiliário e do poder público local tornam-se mais aparentes. Estas práticas fazem retroceder a expectativa das melhorias urbanas nas grandes metrópoles e nos municípios.

Essa afirmação se torna visível nas palavras de Ribeiro, Kruger e Oliveira (2017) ao analisar o desenvolvimento dos projetos do PMCMV no município de Pelotas, no Rio Grande do Sul. Os autores compreenderam “que as raízes do binômio segregação/ domínio acabaram por ser aprofundadas na cidade” (RIBEIRO; OLIVEIRA; KRUGER, 2017, p. 135). As leis municipais habitacionais criadas no município pelotense, frutos do PMCMV, foram influenciadas pelos agentes promotores de venda que tinham interesse no mercado imobiliário da cidade.

Somente na década de 1980 a legislação brasileira trouxe dispositivos que buscassem resolver a crise generalizada da moradia. O movimento social à moradia auxiliou no incentivo da propagação dessas leis. Assim, após a Constituição Federal de 1988, no ano de 2001, houve a aprovação da política urbana “Estatuto da Cidade” e sequencialmente, oito anos mais tarde, o PMCMV entrou em vigência, englobando não só as determinações das leis, mas também maiores expectativas de melhoria urbana nas cidades brasileiras, sendo considerada um meio de transformação. No entanto, Gonçalves (2009) compreende que o resultado foi a continuação da desigualdade entre os habitantes da cidade.

Nessa eivada complexa discussão, importa lembrar que a aplicação dessas leis gera efeitos na vida das pessoas. Por isso a importância de conhecer e entender a vida cotidiana delas. A partir da análise do caso empírico escolhido para compor esse trabalho, a situação de irregularidade dos moradores do Loteamento Novo Milênio proporcionava para eles a sensação de medo e insegurança. A contradição de morar em um lugar que é seu, porque nele se construiu sua história de vida, e que ao mesmo

passo não é, mostra implicitamente a desigualdade existente na cidade. Sendo assim, a lei de regularização, “pouco conhecida ou até desconhecida por eles”, era o meio catalisador de mudança. Quando a regularização foi finalizada, o medo e a insegurança foram substituídos pela palavra “tranquilidade” e, por conseguinte, a confirmação de pertencimento em relação ao local. Esse é o primeiro efeito causado pela aplicação da lei. O segundo efeito identificado é de que agora eles estão dentro da lei, e pagam o IPTU, como disse uma moradora; ou seja, o reconhecimento de visibilidade e de equidade em relação aos outros bairros.

Depois da regularização, a maioria manifestou indiferença em relação à Associação, alegando que não precisavam mais de nenhuma manifestação e que não se encontraram mais. Acredita-se que isso colaborou com o terceiro efeito da regularização: o comodismo. Eles apontaram a importância de ter calçamento, ruas pavimentadas, transporte público, creches, escolas, praça de recreação; ou seja, melhorias urbanas que ainda não existem no loteamento. Além disso, disseram que o sistema de esgoto não foi instalado em todas as casas do loteamento. Todavia, apenas três demonstraram estarem insatisfeitos com o trabalho da prefeitura. Apesar de identificarem a incompletude da atuação do município, o sentimento de satisfação por ter recebido a regularização é maior que todos os problemas, gerando então o efeito do comodismo; como o dito popular “tá ruim, mas tá bom”, já que o importante é estar regularizado.

Por fim, o quarto efeito, o qual é dividido em dois, considerado o mais crítico, é o da alienação e intencionalidade. Alguns dos entrevistados disseram que a partir de então podem vender seus imóveis, uma vez que a área tem um bom valor comercial. Além do mais, a observação participante permitiu verificar a existência de placas de “vende-se” em duas casas. Aqui se configura a alienação por parte da população que se corrompe pela lógica do capital, vendendo suas casas, perdendo assim o sentido habitar e do valor de uso (LEFEBREVE, 2001). Essa situação acontece, segundo Gonçalves (2009), porque não há um desestímulo das leis de regularização em combater o mercado imobiliário.

Outro ponto observado é o fato de que 18 dos 20 entrevistados demonstraram sentimento de plena gratidão para com o ex-prefeito da cidade, já que foi atribuída a ele a conquista da regularização. Alguns relataram a alegria em receber das suas próprias mãos os papéis. Essa gratidão gerou mudanças nas relações sociais dos moradores com a prefeitura, a reciprocidade do “dar e receber” (MAUSS, 2003), pois eles devolveram a gratidão em forma de voto. Nesse sentido, abriu-se o campo da intencionalidade dos governos implantarem a política pública como forma de promoção política. Esse quarto e último efeito desestabiliza e põe em xeque toda promoção de uma cidade mais igualitária proposta pelas políticas urbanas. Portanto, os dilemas das leis de regularização e das políticas de planejamento parecem estar longe de ter fim.

4 | MANEIRAS DE PENSAR A VIDA COTIDIANA A PARTIR DE HENRI LEFEBVRE E MICHEL DE CERTEAU

Dentro do contexto dos problemas urbanos ocorre uma sociologia viva que constrói e reconstrói as relações sociais. Trata-se da sociologia da vida cotidiana. De acordo com Pais (1986, p.08), o cotidiano é “um lugar privilegiado da análise sociológica na medida em que é um lugar revelador, por excelência, de determinados processos do funcionamento e da transformação das sociedades e de determinados conflitos que opõem os agentes sociais”. Para deslindar o social de maneira mais profunda, é necessário acionar o campo de investigação da sociologia da vida cotidiana, a qual proporciona, segundo Pais (1986), o entrelaçamento dos planos da micro e da macroanálise sociológica.

Nessa esteira, entende-se que Lefebvre articula muito bem as visões micro e macro em seus estudos sobre o cotidiano e a vida cotidiana. Isso pode ser percebido, conforme diz Araújo (1984b), quando ele averigua de forma perspicaz as multifacetadas estruturas da “cotidianidade” da civilização contemporânea, especialmente na sua dimensão ocidental. O sociólogo francês constrói sua sociologia no cotidiano, naquilo que aparentemente não tem mais valor.

Soto (2016) discorre acerca da teoria dos resíduos de Lefebvre presente em diversas obras do sociólogo francês, em especial no livro “Metafilosofia”. Essa teoria permite apelar para a imaginação, o possível, que escapa de um sistema fechado de poder o qual não consegue reduzir os resíduos (SOTO, 2016). Os resíduos compreendem “significativas potencialidades teóricas e metodológicas para entender os sistemas de poder e que esses sistemas de poder não são fechados” (SOTO, 2016, p.146). À luz dessa noção teórica, foi possível entender que a “resistência” dos moradores do Loteamento Novo Milênio de continuarem em um lugar legalmente irregular escapa da lógica de proteção à propriedade privada imposta pelo sistema capitalista. Sendo assim, a resistência se torna um resíduo. A resistência proporcionou aos habitantes do loteamento exercerem atividades próprias, singulares, táticas-astúcias, que revelam as suas manifestações cotidianas

A reflexão da vida cotidiana de Michel de Certeau caminha em outra direção do estudo da vida cotidiana proposto por Lefebvre, todavia, entende-se, neste trabalho, que elas dialogam. De acordo com Leite (2010), o primeiro aspecto importante da análise certeuniana é a completa ruptura do binarismo conceitual estrutura e ação. “O foco é outro: não se trata de investigar as determinações estruturais do agir cotidiano, nem de perceber as ressonâncias das ações comuns intersubjetivas na conformação estrutural das regularidades sociais” (LEITE, 2010, p. 745). Leite (2010) diz que o pressuposto central de Certeau para investigar a vida cotidiana é o dos lances táticos e situacionais que informam as artes de fazer realizado pelo “homem ordinário”, aquele que realiza práticas. A peculiaridade da obra do autor é que ele não está preocupado em evidenciar a imposição de padrões comportamentais, mas

demonstrar nas diferentes práticas cotidianas a criatividade do homem comum em subverter as imposições de uma ordem social econômica (CERTEAU, 1998).

O conceito de cotidiano, para ele, se associa a um jogo. No jogo são articuladas duas práticas de dois tipos: as estratégias e as táticas, dando lugar a ideia de cotidiano como movimento (LEITE, 2010, p.746). Dessa maneira, é no âmbito do jogo que os indivíduos criam mecanismos de defesa que os ajudam a se defenderem das injustiças sociais, da violência e das ordens impostas (CERTEAU, 1998). Apropriando-se desse pensamento, interpreta-se que cada morador entrevistado relatou suas “artes de fazer” para driblar os conflitos vivenciados nas suas experiências de moradia no Loteamento. Enquanto no entorno da área havia moradores com luz e água encanada, antes da regularização, os moradores do loteamento Novo Milênio, astuciosamente, também encontravam uma forma de conseguir acesso a esses dois serviços:

A gente conseguiu um ponto de luz na esquina do Loteamento e a gente puxava pra dentro do Loteamento. A água a mesma coisa. A gente foi na câmara dos vereadores, conseguimos uma bica, na verdade um ponto de água, e a partir desse ponto de água a gente puxou mangueiras para dentro do Loteamento.

Do mesmo modo, alguns dos entrevistados relataram que as ruas do Loteamento servem como alvo de depósito de lixo. Sendo assim, uma moradora de forma criativa plantou diversas flores em alguns pontos propensos ao acúmulo de lixo. Outro morador teve a iniciativa de construir uma pracinha para que outros não acumulassem lixo na frente de sua casa e também para que seus filhos pudessem ter um meio de recreação no bairro. Dessa maneira, eles foram se apropriando do espaço, agindo por meio de táticas inventivas “no campo de batalha”, destoando de uma vida cotidiana que na ordem urbana é supostamente regular. (CERTEAU, 1998). Essas ações táticas, somadas à própria existência deles no local, se diluem na prática cotidiana do habitar, longe de poderem ser eliminadas ou controladas pela administração panóptica. (CERTEAU, 1998). Compreende-se, portanto, que as táticas não são estáticas. Dessa maneira, após regularização, novas táticas-astúcias são desempenhadas. Antes existia um certo distanciamento entre os moradores e os órgãos municipais; após regularização, desenvolve-se a astúcia de aproximação com a gestão municipal no intuito de extrair benefícios.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cidades modernas apresentam profundas diferenças de condições urbanas. Na cidade de Pelotas a situação não é diferente. O loteamento Novo Milênio, habitado por famílias de baixa renda, se caracteriza por ter uma sociabilidade que é peculiar à periferia (DURHAM, 2004). No projeto particular de melhoramento de vida, estava inclusa a regularização de suas casas. Isso os motivou a se mobilizarem em prol dessa causa, estreitando assim os laços de sociabilidade entre si. Todavia, alcançado o objetivo, os entrevistados demonstraram indiferença em relação à Associação Comunitária e

disseram que não realizaram mais reuniões conforme antes da regularização.

As políticas de regularização estimulam uma eivada discussão, já que elas apresentam avanços e dificuldades. Constatou-se que a aplicação de tais normativas gera efeitos, situação comprovada na vida cotidiana dos moradores do Loteamento Novo Milênio. A partir de Henri Lefebvre, verificou-se que a “resistência” dos moradores em estar por muitos anos em uma área irregular é um residual à proteção da propriedade privada do sistema capitalista. Nessas condições, eles se utilizavam de “táticas” para driblar as situações do dia a dia. A gratidão por terem recebido o título de posse pela Prefeitura ensejou a reciprocidade “dar e receber”, forma de sociabilidade que proporcionou novas “astúcias/ táticas” após a implantação da política urbanística.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, James Amorim. **sobre a cidade e o urbano em Henri Lefebvre**. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº31, 2012a. 133 – 142 pp.

ARAÚJO, Luis. Filosofia e Vida cotidiana. **O Sentido da “Metafilosofia” em Henri Lefebvre**. Revista Portuguesa de Filosofia T. 40, fasc. 1/2, Marxismo-III, jan.-jun., 1984, pp. 131-160.

BRASIL. **Lei Federal nº 10.257, de 10 de setembro de 2001**. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana (Estatuto da Cidade) e das outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/leis_2001/L10257.htm Acesso em: 20/05/2018.

BRASIL. **Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009**. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11977.htm Acesso em: 20/05/2018.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação e Secretaria Nacional de Programas Urbanos. **Regularização Fundiária Urbana: como aplicar a Lei Federal nº 11.977/2009**. Brasília, 2010.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **A dinâmica da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

DE CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano**. Petrópolis, RJ. Vozes, 1998.

D’OTTAVIANO, Maria Camila Loffredo; SILVA, Sérgio Luís Quaglia. “Regularização fundiária no Brasil: velhas e novas questões”. **IPEA. Planejamento e Políticas Públicas, PPP** n. 34, pp. 201-230. 2010.

FERNANDES, Edésio. “Impacto socioambiental em áreas urbanas sob a perspectiva jurídica”. In: MENDONÇA, Francisco (ORG). **“Impactos socioambientais urbanos”**. Curitiba: UFPR, 2004.

FERREIRA, Regina Fátima Cordeiro Fonseca. “Movimentos de moradia, autogestão e política habitacional no Brasil: do acesso à moradia ao direito à cidade.” Texto apresentado no **2º Fórum de Sociologia “Justiça Social e Democratização”, realizado em Buenos Aires, de 01 a 04 de agosto de 2012, junto ao Comitê de Pesquisa sobre Habitação e Meio Ambiente Construído da International Sociological Association (ISA)**, 2012. pp.1-18.

GONÇALVES, Rafael Soares. **Repensar a regularização fundiária como política de integração socioespacial**. Estudos Avançados, São Paulo. V 23, n. 66, pp. 237-250. 2009.

LEFÉBVRE, Henri. A cidade do capital. 2ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Editora Ática, 1991.

_____. **Direito a cidade**. São Paulo: Editora Centauro, 2001.

LEITE, Rogério Proença. **A Inversão do Cotidiano: Práticas Sociais e Rupturas na Vida Urbana**. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 53, no 3, 2010.pp. 737 - 756.

MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre a Dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas” In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naif, 2003.

MOURA. R. M. G. R de. **Habitação Popular em Pelotas (1880 – 1950): entre políticas públicas e investimentos privados**. 2006. Tese de Doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História do Brasil do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul Sul – PUC/RS. Porto Alegre, 2006.

OLIVEN, Rubem George. **Urbanização e Mudança social no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2010.

ROLNIK, Raquel. **A guerra dos lugares**. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____, Raquel. **O que é a cidade?**. São Paulo: Brasiliense. 1995.

RIBEIRO, Cristine Jaques; OLIVEIRA, Tayna Corrêa; Nino Rafael Medeiros KRUGER. **A cidade e a moradia o caso de pelotas**. Píxo, Revista de Cidade, Arquitetura e Contemporaneidade. Pelotas, V 1, n 3, 2017. pp. 126-147.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

SILVA, Marcelo Kunrath. **Cidadania e Exclusão. Os movimentos sociais urbanos e a experiência de participação na gestão municipal em Porto Alegre**. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2002.

SOTO, William Héctor Gómez. **Subúrbio, periferia e vida cotidiana** Estud. soc. agric., Rio de Janeiro, vol. 16, no. 1, 2008, pp. 109-131.

SOTO, William Héctor Gómez. **A Sociologia enraizada de José de Souza Martins**. In: ROSA RIBEIRO, Maria Thereza (ORG) “Dimensão história da sociologia: dilemas e complexidades”. Curitiba: PR, 2016.

VARGAS, Jonas Moreira. **De charque, couros e escravos: a concentração de riqueza, terras e mão-de-obra em pelotas (1850-1890)**. SÆCULUM - REVISTA DE HISTÓRIA [26]; João Pessoa, jan./jun. 2012.

SOBRE A ORGANIZADORA

SOLANGE APARECIDA DE SOUZA MONTEIRO Mestra em Processos de Ensino, Gestão e Inovação pela Universidade de Araraquara - UNIARA (2018). Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupunga (1989). Possui Especialização em Metodologia do Ensino pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupunga (1992). Trabalha como pedagoga do Instituto Federal de São Paulo campus São Carlos (IFSP/ Câmpus Araraquara-SP). Participa dos núcleos: -Núcleo de Gêneros e Sexualidade do IFSP (NUGS); -Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE). Desenvolve sua pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade e em História e Cultura Africana, Afrobrasileira e Indígena e/ou Relações Étnico-racial.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-276-0



9 788572 472760